

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
ANO III · No. 29 · 1ª QUINZENA DE MARÇO DE 1992 · Cr\$ 300,00

POR UM MOVIMENTO NACIONAL CONTRA O DESEMPREGO E A CARESTIA

Companheiro trabalhador, a política de recessão e de superexploração do governo Collor está esmagando a vida dos assalariados. Aos milhões de desempregados e subempregados, se juntam outras centenas de milhares de demitidos recentemente. A quebra de produção é generalizada, por isso a destruição de empregos também ocorre em todos os ramos da produção. O aumento dos preços é diário e o congelamento salarial têm tirado as condições mínimas de sobrevivência de toda uma camada da classe trabalhadora.

Esta situação desesperadora é de responsabilidade inteiramente dos capitalistas e do governo. Os operários não têm feito outra coisa senão produzir e se sacrificar em favor dos interesses dos patrões. Desde que o governo Collor foi eleito, não tem feito outra coisa senão descarregar a crise sobre a maioria nacional explorada. A oposição burguesa dos partidos como o PMDB, PSDB, PDT, etc, têm sustentado a política econômica de quebra da economia e destruição de empregos.

Os companheiros têm visto a campanha de Collor para desestatizar e privatizar as grandes empresas nacionais. Um exemplo foi a entrega da Usiminas. Isto é parte do pagamento de bilhões de dólares da dívida externa, que sangra o Brasil e ataca a vida das massas. Ao contrário do que diz o governo de que este é o caminho para retomar o crescimento econômico, significa submeter nosso país atrasado mais ainda aos exploradores internacionais. Desta forma, a recessão, o desemprego, o arrocho salarial e a desestatização fazem parte das exigências dos credores internacionais.

Os operários têm procurado a via da luta, como demonstrou a mobilização da Brastemp, Cofap, CSN de Crisólúma, etc. Mesmo os aposentados estão obrigados a saírem às ruas em defesa de sua sobrevivência. O governo Collor avançará mais ainda contra os trabalhadores, procurando privatizar a previdência, acabando

com a aposentadoria por tempo de serviço, etc. Somente a disposição de luta pode responder a este ataque. O problema está em que as direções sindicais se colocaram a fazer o Entendimento Nacional com os patrões e o governo. A própria direção da CUT e a ala Articulação do PT estão defendendo uma falsa solução, que é a de colaboração entre os trabalhadores e os exploradores.

O pacto social é de interesse dos capitalistas, pois serve de freio à luta das massas. Contra isso levantamos a bandeira de uma Campanha Nacional contra o Desemprego e a Carestia, reivindicamos que os sindicatos rompam com o entendimento e convoquem imediatamente as assembleias gerais para organizar um movimento unitário contra os ataques patronais. Que a CUT ao invés de colaborar com os exploradores, assuma a organização da campanha nacional, chamando a formar os comitês de empregados e desempregados e forme um comando único nacional, eleito pelos operários de base. Que a reivindicação de emprego a todos e o salário mínimo real encabeçam a luta, que deve avançar contra a política recessiva e pró-imperialista de desestatização da economia.

Chamamos os trabalhadores a reagirem contra o pacto de fome e miséria e saírem a favor da campanha nacional por:

Fim das demissões; estabilidade no emprego; divisão das horas de trabalho entre todos, sem redução do salário (escala móvel das horas de trabalho); salário mínimo de Cr\$ 535 mil com escala móvel (reajuste automático de acordo com a inflação); reposição imediata de todas as perdas; fim das privatizações e em defesa do estatismo contra o imperialismo; terra e teto aos trabalhadores do campo e da cidade.

ABAXO O ENTENDIMENTO DE FOME E MISÉRIA E EM DEFESA DA AÇÃO DIRETA DAS MASSAS! FRENTE AS DEMISSÕES OCUPAR AS FÁBRICAS!

**O que está por trás do IPTU
progressivo de Erundina**

Pág. 6

O acordo com o Clube de Paris

Pág. 3

**A LIT capitula diante dos
caudilhos eleitorais**

Pág. 9

**Realizado ato contra o
desemprego e a carestia**

Pág. 4

ATUALIDADE DO MANIFESTO COMUNISTA

4a. parte

A luta econômica se transforma em luta política

Diz o Manifesto que "O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente.(...) Nesta fase, o proletariado constitui massa disseminada por todo o país e dispersa pela concorrência."

Quando surgem as relações capitalistas de produção, baseadas desde sempre na exploração da força de trabalho, o proletariado já é obrigado a lutar contra a exploração que cresce a cada dia. No início, são apenas operários isolados, na luta contra seu patrão individualmente. A luta tem então um caráter econômico, somente.

Mas, conforme aponta o Manifesto, "a indústria desenvolvendo-se, não somente aumenta o número dos proletários, mas concentra-os em massas cada vez mais consideráveis; sua força cresce e eles adquirem maior consciência dela. Os interesses e as condições de existência dos proletários se igualam cada vez mais, à medida que a máquina extingue toda diferença do trabalho e quase por toda parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis: o aperfeiçoamento constante e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário e o burguês tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes. Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem, na previsão daqueles choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em

rebelião."

Como vemos, é o próprio desenvolvimento do capitalismo que, aumentando a classe operária, nivelando por baixo suas condições de vida e trabalho, concentrando-a, etc, vai fazendo com que o movimento deixe de ser meramente econômico, de alguns operários contra seu patrão, para torná-lo em movimento de toda a classe contra todos os patrões.

Prossegue o Manifesto: "Os operários triunfam às vezes; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores. Esta união é facilitada pelo crescimento dos meios de comunicação que permitem o contato entre os operários de localidades diferentes. Ora, basta esse contato para concentrar as numerosas lutas locais que têm o mesmo caráter em toda a parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política."

A generalização da luta dos operários por toda parte contra os patrões vai tornando sua luta numa batalha de classe contra classe. Não só contra um patrão, um grupo de patrões, mas contra todos os patrões. O desenvolvimento do capitalismo leva os operários à luta política e de classes. "A burguesia fornece aos operários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela própria."

Mas a luta política da classe operária necessita do instrumento para torná-la consciente, a fim de que possa tornar-se capaz de destruir o sistema de exploração. Esse elemento é o partido político, que se desenvolve com o desenvolvimento da luta de classes. Como diz o Manifesto: "A organização do proletariado em classe e, portanto, em partido político, é incessantemente destruída pela concorrência que fazem entre si os próprios operários. Mas renasce sempre e cada vez mais forte, mais firme, mais poderosa."

Temporal destrói alojamentos na Vila Socialista

No último dia 16/02, um temporal violento destruiu vários alojamentos na Vila Socialista em Diadema, deixando 24 famílias desalojadas. O que se registra é a falta de assistência da Administração Municipal e da Defesa Civil.

Os jornais publicaram acusações mútuas entre órgãos da administração municipal, do Estado, da polícia e corpo de bombeiros, cada um procurando jogar a responsabilidade sobre os outros.

Além a concessão de barracas e cestas básicas implicou em processo burocrático.

A atitude da prefeitura, de pouco caso em relação ao problema reflete sua posição política, que desde a desocupação de dezembro de 90 colocou-se contra os sem teto.

A mobilização dos sem teto chamando a unidade e solidariedade das outras ocupações é o caminho para enfrentar o isolamento imposto pelos governos.

Todo apoio e solidariedade aos companheiros da Vila Socialista!

DOIS ANOS DE OCUPAÇÃO NO MORRO DO SAMBA

No carnaval, completo, 2 anos de ocupação do Morro do Samba. Trata-se de uma conquista dos sem-teto, que se organizaram desde o primeiro momento para a resistência em caso de ameaça de desocupação. É importante destacar que o momento mais crítico e com maior ameaça de despejo ocorreu logo após o massacre da Vila Socialista, que levantou e unificou os sem-teto em várias manifestações e se constituiu num obstáculo político ao governo, que não poderia repetir seguidamente o massacre. A conquista do Morro do Samba foi também uma conquista da Vila Socialista.

A bandeira de "ocupar e resistir" mostra ser a alternativa para os sem-teto diante dos despejos sistemáticos. Cabe às direções do movimento incorporarem essa lição e generalizarem as ocupações com resistência, colocando também a unidade com o movimento operário como condição para o avanço da luta contra o governo e a burguesia.

ACORDO COM O CLUBE DE PARIS Governo se compromete a atacar as massas para pagar mais juros da dívida.

O governo fechou no último dia 26/02 um acordo com os credores estrangeiros do chamado Clube de Paris, que agrupa os governos dos países credores. O Brasil não pagava juros aos membros do Clube de Paris há 2 anos, totalizando US\$ 8 bilhões atrasados. Depois do fechamento do acordo com o FMI era esperado que as negociações fossem facilitadas, pois os países membros do Clube de Paris são os mesmos que votaram a aprovação da carta de intenções elaborada em dezembro. Entretanto, o que aconteceu foi bem diferente.

O Brasil pretendia renegociar 2/3 de sua dívida total de US\$ 21 bilhões, por 18 à 20 anos. Só conseguiu US\$ 11 bilhões, e por um prazo de 14 anos. O Brasil só se dispunha a pagar US\$ 3,2 bilhões em 92/93, referente aos juros atrasados, mas acabou tendo que aceitar pagar US\$ 4,1 bilhões nos próximos 2 anos.

O acordo fechado tinha como limite a necessidade do cumprimento do acordo com o FMI e o pagamento aos bancos privados. Se o acordo com o FMI já implicava num ataque profundo às forças produtivas nacionais e às condições de vida das massas, o acordo com o Clube de Paris implicará em novas ofensivas do governo para satisfazer os credores estrangeiros. E as negociações com os bancos privados também deverão ser mais difíceis, já que o Brasil se comprometeu a pagar 50% dos juros atrasados ao Clube de Paris, enquanto só vem pagando de 25 à 30% dos atrasados aos credores privados. Os bancos certamente exigirão uma ampliação dos pagamentos, nos mesmos moldes.

O que estamos assistindo é o governo burguês servo do imperialismo comprometer-se a se colocar como instrumento para ampliar ainda mais o saque estrangeiro sobre a nação oprimida. Diante da recessão mundial e da quebra da economia nacional, o

governo só poderá ampliar os pagamentos dos juros da dívida massacrando ainda mais os assalariados, entregando cada vez mais empresas estatais, aumentando impostos e cortando ainda mais as verbas aos Estados e municípios e todo tipo de investimento governamental.

A defesa das condições de vida das massas (estamos falando na nossa própria sobrevivência), a luta contra a desnacionalização da economia, contra o aumento de impostos sobre os assalariados, etc, necessariamente se choca contra o imperialismo e o governo pró-imperialista de Collor. A derrota de Collor passa por levantar um movimento nacional que agrupe a maioria oprimida contra o governo entreguista e o imperialismo. Trata-se de construir a Frente Revolucionária Antiimperialista para romper com a opressão nacional e expulsar o imperialismo. Essa é a tarefa do proletariado, que para isso precisa ganhar sua independência política, organizando seu partido.

A luta imediata em defesa do salário e do emprego, contra as privatizações, etc aponta nesse sentido, mas depende do combate à política de conciliação de classes imposta pelas direções do movimento, que vai no sentido contrário. Não se poderá combater o imperialismo sem levantar as massas contra a burguesia nacional e seu governo, que aplica as determinações estrangeiras e garante o parasitismo. Há que levantar as massas contra a burguesia e seu governo entreguista.

Pôr abaixo o governo pró-imperialista de Collor é a bandeira que encabeça tal movimento. Qualquer tentativa conciliatória com a burguesia, como o Entendimento Nacional ou a proposta de antecipação das eleições significará a colaboração com os exploradores para manter a opressão nacional.

COMÉRCIO EXTERIOR A antecipação da redução das tarifas ampliará a recessão

Para cumprir seus compromissos com o imperialismo, o governo decretou um conjunto de medidas relativas ao comércio exterior. Em relação às exportações, Collor eliminou o IPI (Impostos sobre Produtos Industrializados) sobre matérias-primas utilizadas em produtos exportados, ampliou a lista de exportações financeiras pelo Programa de Financiamento às Exportações, subsidiará a remessa de dólares ao exterior para pagamento de despesas relativas a exportação. O objetivo do governo é aumentar as exportações para garantir os recursos destinados ao pagamento dos juros da dívida externa. O mecanismo utilizado é a redução de imposto e inclusive o subsídio governamental aos exportadores. Enquanto aumenta impostos aos assalariados, Collor deixa de cobrá-los dos compradores estrangeiros. O país é saqueado duplamente: perde nos impostos isentados ao imperialismo e perde no pagamento dos juros da dívida.

Em relação às importações, o governo decidiu antecipar o programa de redução das alíquotas de importação. A redução que só ocorreria em janeiro de 93 será feita em outubro próximo. As tarifas médias passarão de 21,2% para 17%. O imposto sobre veículos importados cai de 50 para 40%. Todo restante do cronograma também foi antecipado. A alíquota média que baixaria para 14% só em 94 entrará em vigor em julho de 93. A partir daí, não haverá imposto maior que 35% sobre importados.

As consequências para a economia nacional serão de mais e mais quebras, devido à ampliação da recessão. Os produtos nacionais, bastante taxados por impostos e sem bons índices de produtividade, certamente perderão mercado para os importados, que chegarão inclusive com menos impostos. É a aceleração da entrega nacional que o governo promove.

O capitalismo mundial em crise busca novos mercados destruindo a economia dos países atrasados, fazendo-os retroceder ainda mais, ampliando o atraso, e com ele suas consequências: a miséria, o desemprego (para cada carro importado, seis metalúrgicos serão demitidos), e a fome. O Brasil é um país que tem grande necessidade de crescer, e só o fará se for eliminada a opressão nacional, se expulsarmos o imperialismo que destrói nossas forças produtivas.

**Abaixo a Carestia e o Desemprego !
 Fim das Privatizações !
 Em Defesa da Vida dos Trabalhadores !**

ABAIXO O ENTENDIMENTO NACIONAL

Foram instaladas na sede da Fiesp, as chamadas Câmaras Setoriais do Comércio e Indústria. A proposta, apresentada pelo governador Fleury, contou com a aprovação e participação da prefeitura petista, das centrais sindicais (CUT e Força Sindical) e do PNBE entre outros.

Apenas o presidente da Fiesp, Mário Amato, se negou a assinar o documento, alegando que precisava discuti-lo com as "bases". Os motivos reais são as eleições da Fiesp, onde Amato tem enfrentado dificuldades com a "oposição" e o fato de que a redação do texto poderia implicar em que se conhecessem as taxas de lucros das empresas, coisa que Amato se nega.

A redação do texto havia sido feita de comum acordo. Entretanto, o fato é que a mesma não define nada, a não ser a disposição dos participantes ao "entendimento". Não se fixa uma forma de reajuste salarial, nem limites a impostos, nem uma regra clara de reajustes de preços. Apenas forma as câmaras setoriais, que é onde se

farão as negociações de cúpula entre governos estadual e municipal, empresários e a cúpula sindical. Em outras palavras, é onde a burocracia vai ficar negociando as demissões voluntárias, reajustes salariais sempre inferiores à inflação, etc.

Enquanto milhares de trabalhadores saem à greve e ocupam as fábricas contra as demissões e a redução de salários, as direções estão mergulhadas na conciliação de classe, que é o que se pratica nesses chamados "Fóruns" pelo país todo.

Os trabalhadores devem rejeitar a enganção e traição dessas direções e exigir o rompimento de suas organizações com o pacto social. Mais do que isso, que os sindicatos e a CUT se coloquem por organizar uma campanha nacional contra o desemprego e a carestia, que só pode ser um movimento CONTRA o governo e a burguesia. A independência política de classe é o único caminho para garantir a sobrevivência, o emprego e o salário, que estão sendo atacados pelo governo.

Realizado ato contra a carestia e desemprego

No dia 21/02 realizou-se no centro de Diadema o ato contra o Desemprego e a Carestia. Contou com a presença de representantes dos bairros Serraria, Campanário, Vila Nova, Vila Socialista, Morro do Samba, PSB e militantes da T-POR.

O ato não contou com a presença dos dirigentes sindicais da CUT nem das correntes políticas de esquerda, embora tenham sido convocados. A ausência dos mesmos revela a sua negação em organizar a luta de massa contra o desemprego e a carestia. O boicote ao ato é consequência de sua linha de adaptação à política de conciliação de classes imposta pela corrente Articulação, e ao eleitoralismo, que já começa a prevalecer sobre sua prática. Os trabalhadores estão vendo na prática como agem suas direções diante do ataque patronal.

Porém, o fato do ato ter se realizado significou uma conquista importante para a classe operária, pois apontou o caminho da luta e da resistência à política de fome e miséria im-

posta pelo governo pró-imperialista de Collor. Ao mesmo tempo, rechaçou a conduta da direção da CUT que se recusa a organizar o movimento nacional em defesa do salário mínimo real, estabilidade e da escala móvel das horas de trabalho (sem redução do salário). Ao contrário, está participando do Entendimento Nacional (pacto social) junto com os patrões que demitem e o governo que aplica os planos antinacionais e antipopulares.

Os dirigentes da T-POR condenaram a traição que vem sendo praticada pela direção da CUT à classe operária e mostraram a necessidade da organização nas fábricas, bairros, escolas e em todos os locais de trabalho, na perspectiva da construção do movimento de luta e resistência, como forma de impedir que os operários e os trabalhadores pobres sejam mutilados fisicamente.

O ato terminou conclamando todos a participarem ativamente da construção dos comitês de luta para organizar a ofensiva dos trabalhadores.

A PRIVATIZAÇÃO DE FLEURY

Fleury encaminhou para a Assembléia, no último dia 26/02, sua proposta de privatização das empresas paulistas. Seu projeto consiste em 3 pontos:

1 - Concorrência pública para obras, que incluirão empresas nacionais e estrangeiras;

2 - Permitir as empresas privadas, as que ganharem as concorrências, a exploração do serviço (se fizer uma estrada, receberá do governo do Estado e poderá cobrar pedágio por um determinado número de anos);

3 - Consequentemente, desmontar as estatais, tornando-as inúteis e passíveis de serem FECHADAS.

Os primeiros setores a serem atingidos pelo projeto de privatização de Fleury seriam: transportes metropolitanos (Metrô - empresas privadas providenciariam a ampliação dos ramais e sua exploração), presídios (empresas privadas construiriam e receberiam além de um pagamento mensal do governo do Estado por "serviços públicos prestados", o direito de aproveitar a mão de obra dos presidiários nos moldes dos Estados Unidos - trabalhos forçados "escravos" -; saneamento básico (construção de redes de água e esgotos e direito a cobrança até que tenha seu capital ressarcido).

O elo de ligação entre o governo do Estado e a empresa privada será a Companhia Paulista de Desenvolvimento, criada recentemente no âmbito do Fórum Paulista de Desenvolvimento.

Esta idéia não é nova e já foi aplicada anteriormente para o BNH. O governo cedendo a pressões dos bancos privados, concedeu carteiras de habitações para todos os bancos privados, o que culminou no fechamento do BNH, porque ao mesmo tempo se trabalhou a opinião pública no sentido de que a empresa era uma "inutilidade pública".

Fleury nada mais faz do que pôr em prática a política neoliberal de Collor, ou seja, privatizar as empresas estatais. Rechaçar o neoliberalismo significa pôr abaixo o governo entreguista.

CUT/PT E AS PRIVATIZAÇÕES

Depois de privatizar a Usiminas, o governo Collor tem vendido estatais uma após a outra. Se no primeiro leilão notamos uma resistência, ainda que limitada às direções do movimento, nos leilões que se seguiram as manifestações foram enfraquecendo e diminuindo.

A falta de empenho das direções, em particular a da CUT, em organizar um movimento contra as privatizações, decorre da política reformista das correntes que as dirigem. O PT, por exemplo, defende que as privatizações podem acontecer, desde que não atinjam setores essenciais e que sejam discutidas democraticamente (nas instituições democráticas e com os trabalhadores). Por não ter uma posição de princípio contra a entrega nacional, o PT é incapaz de se colocar consequentemente contra as privatizações.

A defesa do estatismo só pode ser consequente se for levantada juntamente à defesa do controle operário, e com um caráter antiimperialista, antiburguês e anticapitalista.

AÇOS PIRATINI, AGORA É DA IBM

A Aços Finos Piratini, recentemente leiloadada, segundo anúncio do governo Collor, foi arrematada por uma empresa nacional: o Grupo Gerdau. Nada mais falso. Para evitar novos escândalos com os fundos de pensão dos funcionários públicos e dos "leilões japoneses", o governo mente descaradamente ao afirmar que a empresa foi adquirida por um grupo nacional. Para desmascarar mais essa farsa basta conhecer um pouco a história do Grupo Gerdau.

No ano de 1984, a lei de reserva de mercado (particularmente, no ramo de informática), exigia que as empresas multinacionais que atuassem no Brasil tivessem, necessariamente, participação (de preferência majoritária) do capital nacional em suas subsidiárias. A IBM Co. Ltd. estava entre elas.

Para continuar atuando no Brasil, passou seu controle acionário para a GERDAU, indústria de manufatura de ferro e aço do Rio Grande do Sul, que a partir de então mudou sua razão social para Grupo Gerdau S/A, pois passara a representar os interesses da IBM no Brasil.

Curiosamente, a "Arames Gerdau" de 1984, considerada na sua área quase como um aramfício de "fundo de quintal" se transformou, em menos de 10 anos num grupo de interesses econômicos diversificados, controlando siderurgia, informática, manufaturas, etc. Isso significa, que ao assumir o controle acionário da IBM, a Gerdau, na verdade, foi COM-PRADA por esta.

A Gerdau é a IBM, portanto, Aços Finos Piratini (uma das maiores indústrias de aços nobres do mundo), foi repassada diretamente a IBM, o que não poderia ser mais conveniente. Aços Finos Piratini fábrica aço silicado, importante componente para a fabricação de ogivas de foguetes e ...chips e microchips de computadores.

É assim que Collor tenta jogar areia nos olhos das massas trabalhadoras e encobrir o fato de que seu governo só tem por função destruir e entregar a economia nacional para atender seus patrões do FMI e para isso mente, rouba e destrói o patrimônio nacional.

O programa de privatização do governo visa entregar os setores chaves da economia nas mãos do imperialismo e do grande capital, o que implica aumentar ainda mais a opressão nacional.

A defesa do estatismo é a luta contra o aumento da opressão imperialista, contra o entreguismo do governo e da burguesia nacional. Por isso tem um caráter antiimperialista, antiburguês e anticapitalista. E também por isso que somente o proletariado pode liderar essa luta, que necessariamente deverá utilizar os seus métodos de classe: as ocupações para impôr o controle operário.

Unificar os aposentados aos trabalhadores da ativa

No dia 21/02, dia nacional de luta, os aposentados realizaram uma manifestação no centro de São Paulo, no qual participaram a federação dos aposentados e pensionistas, CUT, CGT, FS e PT.

A manifestação dos aposentados está em refluxo, cada mobilização é acompanhada por um número menor de aposentados. De um lado, contribuem para isso a liberação do pagamento dos 147% em alguns estados no mês passado (que não será feita de agora em diante) e o decreto que adiou o pagamento do reajuste para 93, que significou na prática não pagar o reajuste aos aposentados por imposição do FMI. De outro, a política das direções do movimento, voltada para a pressão sobre o judiciária, o isolamento e corporativismo e a demagogia eleitoral, só poderia levar o movimento ao esvaziamento e à derrota.

A luta dos aposentados permaneceu dividida por estado e separada

(à margem) dos trabalhadores da ativa. Os aposentados de todo o país e os trabalhadores da ativa têm sofrido com os ataques promovidos pelo governo à mando do imperialismo, que se traduzem nas carestias, no desemprego, etc. O bloqueio dos 147% não é uma atitude isolada: faz parte do acordo com o FMI e da proposta de privatização da previdência, que toca diretamente os trabalhadores da ativa, sob ameaça de ficarem sem os serviços de saúde pública. E, principalmente, são os trabalhadores fabris, pelo papel que ocupam na produção capitalista que terão condições de impôr ao governo e aos patrões as reivindicações de massas.

Há que defender a unidade do movimento entre os trabalhadores aposentados a nível nacional com os trabalhadores da ativa, como única forma de barrar a ofensiva entreguista sobre a previdência e os aposentados.

O governo se nega a pagar os 147%

O ministro da previdência, Reinhold Stephanes continua se apoiando no Decreto 430 que adia o pagamento dos 147% para 93, e a última decisão do STF não julgou a constitucionalidade do decreto, apenas excluiu o 3º parágrafo que permitia as autoridades não cumprirem com as decisões. Diante disso, os TRF's voltaram a insistir no pagamento, aplicando punições, como o bloqueio das contas do INSS (SP, CE, BA, RS) e atribuições de mandatos de prisões.

Nem as prisões do presidente e vice do INSS, Arnaldo Rossi e Cesar Gasparian intimidaram o governo que tratou de obter os "habeas corpus" para cada mandato de prisão, e entrar com

novos recursos para desbloquear as contas, que provavelmente ocorrerá.

O concreto é que enquanto tramitam as liminares o governo vem ganhando tempo e não paga os 147,06%. Ganha tempo também até conseguir o apoio do Congresso e o julgamento do STF favoráveis ao não pagamento.

A luta dos aposentados não pode continuar limitada no marco das instituições burguesas, que sempre servem aos interesses dos exploradores.

É imprescindível a unidade dos aposentados com os trabalhadores da ativa, para organizar o movimento nacional visando derrubar a política pró-imperialista de Collor.

Não à privatização !

O governo tem feito denúncias sobre a corrupção na previdência com o objetivo claro de desgastá-la perante a opinião pública para facilitar e ganhar apoio da população para a sua privatização. Nenhum envolvido é punido, tudo acaba por isso mesmo.

Um exemplo gritante é o caso envolvendo o ex-ministro Antonio Rogério Magri, que teria aceito US\$ 30 mil dólares de suborno para facilitar o pagamento de dívidas de empresas à Previdência. A chamada "apuração" dos fatos levará meses para chegar em lugar nenhum. Todos os membros do governo sabiam (Passarinho, Collor, o general Agenor de Melo, etc), a corrupção faz parte do próprio Estado burguês. Quem acompanhou poderá perceber que ninguém será punido de fato. Mas o fato é usado para mostrar como a Previdência é corrompida e que precisa ser privatizada.

O plano elaborado pelo atual ministro de combate às fraudes e à sonegação afirma que levará mais de 8 meses para sua implementação e arrecadará no máximo Cr\$ 2,5 trilhões (20% do valor do reajuste de 147% que o governo não quer pagar aos aposentados). Isto quando a dívida das empresas com a Previdência que é de US\$ 25 bilhões de dólares (cerca de Cr\$ 40 trilhões) segundo a Associação Brasileira de Estudos de Seguridade Social.

O governo faz vistas grossas às dívidas das empresas para com a Previdência e utiliza as mesmas para mostrar a inabilidade do serviço previdenciário público. Ao mesmo tempo, faz questão de não pagar o valor irrisório de benefícios aos trabalhadores. É preciso defender a Previdência estatizada, que só poderá combater eficazmente a corrupção sob o controle operário.

O QUE ESTÁ POR TRÁS DO AUMENTO DO IPTU

Estão para ser votadas no Congresso as modificações constitucionais conhecidas por "Emendão". Trata-se de uma imposição do imperialismo, colocada abertamente pelo diretor gerente do FMI em dezembro quando esteve no Brasil. Além da quebra do monopólio estatal do petróleo, privatização da Petrobrás, e outras medidas, está contida no "Emendão" a 2a. e principal parte da reforma tributária e fiscal. Ela vai significar cortes nos repasses de verbas aos estados e municípios da União. Já no ano passado, muitos municípios do interior de São Paulo e quase todos do estado de Pernambuco fizeram paralisação de protesto contra a medida, que vai tirar dinheiro que seria aplicado nos Estados e Municípios para entregá-lo aos bancos credores internacionais a título de pagamento dos juros da dívida externa.

Erundina, ameaçada pela redução de verbas em pleno ano eleitoral, procurou descarregar o corte no orçamento sobre a população aumentando o IPTU. Por trás da máscara de "progressividade" do imposto, está a capitulação às pressões do imperialismo sobre o país para garantir o pagamento dos juros da dívida externa.

A 'PROGRESSIVIDADE' DE ERUNDINA

O PT apresentou o aumento do IPTU à sociedade como instrumento de "justiça social". Isto porque as 500 mil moradias mais carentes não terão que pagar imposto territorial (só faltava ela querer cobrar impostos nas favelas, como fez Jacó Bittar em Campinas). Além disso foi apresentado um índice que variava de 0,2 à 0,8% do valor venal do imóvel. Com a proposta de Erundina, 62% do IPTU seria pago pelo comércio e indústria, e 18% pelas residências. O Poder Judiciário expediu uma liminar que fixa cota única 0,2% para todas as propriedades, que fez com que a fatia do comércio e indústria caíssem para 37% e a das residências subisse para 56% do valor total. A

justiça burguesa, como era de se esperar, colocou-se por jogar o maior peso da conta sobre os assalariados.

Mas a proposta de Erundina não deixa de penalizar os trabalhadores. Muitas residências (próprias ou alugadas) habitadas pelos assalariados e pela classe média, arcarão com um imposto bastante pesado. Embora varie muito de caso para caso, o fato é que boa parte dos assalariados e toda a classe média terão que bancar as contas da prefeitura em ano eleitoral, cobrindo o buraco deixado pelo acordo com o imperialismo. Segundo panfleto do PT, na proposta da prefeitura as pequenas residências arcarão com Cr\$ 10.232 bilhões, pouco abaixo do valor das grandes (Cr\$ 11,9 bilhões).

O PT parece ter esquecido o peso que tem mesmo um imposto de cerca de Cr\$ 10 mil corrigidos mensalmente sobre os salários de Cr\$ 140 mil (média dos pisos salariais). Os assalariados já são sugados além do suportável pelo capitalismo. Não têm por quê pagar impostos! Defendemos que os capitalistas paguem por tudo! Nenhum tostão dos assalariados para sustentar o pagamento da dívida externa! Nenhum imposto aos assalariados! Que os exploradores paguem os impostos!

POSIÇÃO DOS PARTIDOS BURGUESES

Os partidos patronais (PMDB, PSDB, PDS, etc) têm feito campanha contra o IPTU de Erundina. Procuram aproveitar-se da situação em pleno ano eleitoral para tirar vantagens. Na verdade, estão apenas defendendo os comerciantes e os industriais, aparentemente mais penalizados pelo IPTU "progressivo". Basta ver que a liminar aprovada pelo conjunto desses partidos não reduz o imposto para as pequenas residências, só para as grandes para o comércio e a indústria. A burguesia age unida para descarregar o peso da crise sobre as massas. Perguntamos ao PT: onde estão os "setores progressistas" atrás dos quais o PT tem se ar-

rastado buscando alianças para as próximas eleições? Seus "aliados potenciais" estão empenhados em jogar a carga tributária sobre os assalariados.

O PT E AS CORRENTES ARRASTAM OS MOVIMENTOS

O PT tratou de arrastar todo tipo de movimento sob seu controle para apoiar o aumento do IPTU de Erundina. A burocratização das organizações sindicais e populares facilitou essa prática, que se iguala nos métodos e objetivos à política burguesa tradicional. Bloqueou-se as greves de funcionários (com perdas de 157%!) e motoristas (com Cr\$ 200 mil a menos nos salários em relação aos colegas do ABC) alegando a necessidade de defender o IPTU progressivo que daria condições para a administração de conceder os reajustes, arrastou-se "no cabresto" para um ato pró-imposto em frente à Câmara, paralisou-se as associações de bairro mesmo diante da chantagem de paralisar obras sociais, etc. A atitude do PT reflete sua total integração ao Estado burguês, do qual tornou-se defensor descarado e consciente a partir de I Congresso. Fica demonstrada a falência das correntes de esquerda, que se colocam por trás da Articulação em busca do êxito eleitoral, que como sabemos, custa 20 dólares o voto!

A POSIÇÃO DA T-POR

A T-POR é contra qualquer imposto sobre os assalariados. Por isso somos contrários ao IPTU de Erundina. Defendemos que os capitalistas paguem tudo. Defendemos a escala móvel de salários e salário mínimo real para que a burguesia não repasse os aumentos de impostos sobre os assalariados.

Que os bairros convoquem assembléias populares e que deliberem que os assalariados não paguem impostos e organizem um movimento contra o desemprego e a carestia, impostos pela burguesia e seu governo submisso ao imperialismo!

**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO
E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CADXA POSTAL No 01171 · CEP 01057 · SÃO PAULO · SP

Todo apoio à ocupação no Pedroso

A ocupação no Frigorífico Pedroso tem grande importância para o movimento operário por ter colocado em prática a ocupação com resistência, contrariamente às posições conciliadoras das direções do movimento. A ocupação da fábrica, inclusive com a participação das famílias dos operários, decorreu do não pagamento dos salários pelo patrão por 3 meses, sendo que a empresa já não funcionava há algum tempo. Os operários ocuparam a fábrica para garantir o emprego e os salários, e chegaram a colocá-la em funcionamento, até se esgotarem as matérias-primas. Organizaram-se em milícias para proteger dia e noite as máquinas da empresa de roubos, depredações e dos credores. Só permitiram que os bancos retirassem equipamentos que não importavam na produção, e quando se colocou a retirada das caldeiras, que inviabilizariam a fabricação, organizaram um piquete e ameaçaram explodir os tanques de amônia. Foram duramente reprimidos pela polícia e foram empurrados para dentro da empresa sob a ação de bombas de gás e efeito moral, cassetetes, etc. Depois da retirada das caldeiras, ainda mantiveram a resistência que dura até hoje.

Condenamos a violência policial e patronal que recaiu sobre os operários do frigorífico e solidarizamos com a luta desse companheiros. A denúncia da repressão e a defesa do método de ocupação e resistência ao fechamento do frigorífico devem ser divulgados a todo movimento operário como o caminho para enfrentar a política do governo e dos patrões. Aos trabalhadores não resta outra alternativa senão a ação direta contra aqueles que impõem a fome e a miséria. O enfrentamento com o aparato policial na porta da empresa, no momento em que se retirava a caldeira, é a mostra que os operários têm disposição de luta.

Porém, a vitória do movimento depende do rompimento do isolamento e, portanto, de solidariedade ativa da classe operária. Cabe à CUT a tarefa de organizar essa solidariedade, preparando a classe para responder a todo ato repressivo. Qualquer ação patronal ou policial contra os trabalhadores, a mesma deverá ser respondida de conjunto por todos os operários. A solidariedade da classe é uma conquista do movimento operário que jamais poderá se perder.

Apoiamos e defendemos incondicionalmente o método de resistência utilizados pelos operários do Pedroso e colocamos a necessidade de generalizá-lo pelo movimento operário de todo o país.

A política da direção não leva ao controle operário

A ocupação do Frigorífico Pedroso colocou a descoberto como pensa a burocracia do sindicato dirigido por Causa Operária diante da ocupação de fábrica. Em seu boletim sindical revela que após a ocupação procuraram manter contatos com o Banespa, com o governo do Estado e com a prefeitura petista, na perspectiva de conseguir dinheiro para tocar a empresa. Em seguida ficaram surpresos porque o "governo não está nem aí para esta situação, nem cogita encampar a empresa e muito menos liberar empréstimos para tocar novamente a produção". Depois, passaram a correr atrás de empresas privadas que estivessem interessadas em arrendar a empresa.

Essa é a mais clara deformação da consignação de ocupação das fábricas, pois não ocupamos visando a co-gestão entre o governo ou os capitalistas e os dirigentes sindicais. Nem o governo, nem os bancos emprestariam dinheiro sem exigir controle sobre a empresa. Nenhuma empresa que arrendasse a fábrica deixaria de impor sua administração sobre ela. As propostas levantadas por Causa Operária levam, necessariamente, à co-gestão, ou pior, ao controle patronal.

A defesa do autêntico controle operário implica em organizar a unidade da classe e chamar a solidariedade ao movimento. Colocar toda a força do sindicato a serviço da ocupação. Controle operário depende da correlação de forças entre os operários e os patrões e seu governo, portanto, da mobilização da classe, que pode chegar a um radicalismo extremo que nunca deve ser contido, como fez Causa Operária diante da manifestação dos operários do Pedroso após a retirada das caldeiras.

TELESP: PELEGOS SE ASSUMEM E ADEREM À FORÇA SINDICAL

Sem assembleia, sem comunicação de qualquer espécie a categoria, os pelegos da direção do sindicato aderiram à Força Sindical. O "namoro" entre os pelegos e a Força Sindical iniciou-se na greve de julho de 91 quando a categoria foi traída em grande estilo contando com todo o aparato da Força Sindical, a categoria lutava por 120%, com perdas reais de mais de 500% e o acordo firmado pelos pelegos foi de 30% desmobilizando uma categoria que estava extremamente radicalizada e que impôs à assembleia a greve contra a vontade dos pelegos e a tocou durante uma semana, praticamente sozinha. E que na campanha de dezembro de 91 nem se deu ao trabalho de convocar a categoria para saber a "decisão" sobre o acordo miserável de 91 itens enganosos que foi imposto para a categoria.

E não podia ser de outra maneira. A Força Sindical objetiva a paralisia total do movimento, dividindo as greves de categoria através da negociação por empresa, defendendo as estatizações e firmando acordos "fantasmas" como o dos metalúrgicos de São Paulo que não garantiu nem emprego e nem salário de ninguém (Villares demitiu 400 depois do "acordo" entre empresários e a Força Sindical).

A estatização deve ser uma defesa dos empregados da Telesp, pois na condição de empresa estatal está na mira dos interesses imperialistas que exigem a destruição da economia nacional e agora com o sindicato dirigido pelos pelegos da Força Sindical, o que está em risco não é só o patrimônio nacional, mas o emprego, o salário e as condições de vida de toda massa trabalhadora.

Portanto, cabe aos trabalhadores da Telesp levantarem de conjunto as bandeiras de:

NÃO AS PRIVATIZAÇÕES! NÃO AO DESEMPREGO! PELA REPOSIÇÃO DE TODAS AS PERDAS E GARANTIA DE SALÁRIO MÍNIMO REAL (535 MIL) COM ESCALA MÓVEL, GARANTIA DE EMPREGO COM ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO!

E a necessidade, agora imperiosa, é de fortalecer a oposição classista que derrube a burocracia e devolva o sindicato aos trabalhadores! Devemos exigir que a direção do sindicato convoque assembleia geral para tirar a categoria da paralisia e explicar por que se vendeu para os vendepátrias!

Assembléia do dia 20: Aprovar a greve

A inflação de março de 91 à março deste ano chegou a 717%. O reajuste, nesse mesmo período, foi de 598%. As nossas perdas são grandes, recebemos 2 salários mínimos vigentes. A reivindicação de um salário mínimo real (hoje Cr\$ 535 mil) por 20 horas semanais, não significa nada mais do que recompor essas perdas.

A assembléia do dia 20/03 deverá discutir e aprovar o caminho da luta. Não será possível aguentar mais um ano letivo com os protestos, que já se tornaram inócuos, pois não modificam em nada a política de Fleury. Devemos rechaçar as propostas de imobilismo, de equiparação com os salários municipais (pois estes estão também arrojados) e defender a unidade da classe no enfrentamento com o Estado.

A proposta de greve deve ser discutida e aprovada como o caminho para a conquista das reivindicações. Qualquer outra proposta que não leve em conta a ação direta da categoria permitirá que o governo continue com os reajustes abaixo da inflação e sucateando cada vez mais a educação pública.

A diretoria da Apeoesp tudo tem feito para combater aqueles que apontam o caminho da luta. Na última reunião do Conselho de Representantes defendeu a convocação da assembléia para o dia 20, mas se colocou contra aqueles que propunham a convocação de uma assembléia com o claro objetivo de organizar e aprovar a greve. O que fica claro é a sua política de continuar com as pressões e protestos, mas nada de paralisação, nada de enfrentamento com o governo. Isso revela que para conseguirmos nossas reivindicações há que lutar contra a direção que impede a ação dos trabalhadores da educação.

Defender a unidade nacional na luta

Os salários dos professores da rede pública estão sendo cada vez mais arrojados. Fleury ofereceu 105% parcelados em três meses, ou seja, 35% em janeiro; 25,92% em fevereiro e 20,6% em março. O que significa reajustes abaixo dos índices de inflação mensal, pois só em fevereiro a inflação chegou a 30%. As perdas salariais (dos últimos anos) ultrapassam 300%, portanto, recebemos o mais baixo salário da história do ensino público.

O que se passa em São Paulo não é diferente nos outros estados, pois em 14 estados os educadores recebem menos que o salário mínimo de fome do governo, sendo que Piauí paga somente Cr\$ 42 mil. O salário médio nacional dos professores atinge Cr\$ 95.276,00, ou seja, menos que o salário mínimo vigente de Cr\$ 96 mil.

A política de arrocho salarial está sendo imposta por todos os governadores, como parte do cumprimento do acordo com o FMI de redução dos gastos públicos. O estados endividados procuram a saída ditada pelos países imperialistas, isto é, cortar verbas à educação e também à saúde.

Com a redução de verbas à educação, as escolas estão sucateadas. Nada se ensina, nada se produz de conhecimento e o que se fala em sala de aula nada tem a ver com a realidade social. Para mascarar esse problema, os governos estão impondo os projetos educacionais. Em São Paulo criou-se a escola-padrão; no Rio Grande do Norte, a escola com co-gestão; na Paraíba a escola-cooperativa, etc. Todos com um único objetivo: dividir o magistério, oferecendo algumas migalhas a mais para estes projetos.

Para os professores não há outro caminho senão organizar a luta contra a ofensiva de conjunto de todos os governos. Rondônia e Ceará já estão em greve e quase todos possuem assembléias para decidir o rumo do movimento. A organização da greve deve se dar na perspectiva de unidade nacional dos professores contra a política dos governos, que buscam sucatear o ensino público para em seguida privatizá-lo.

A construção de um movimento forte implica no rechaço à política colaboracionista das direções sindicais, que tudo têm feito para não unificar os trabalhadores em educação. Há que romper com a política do Entendimento Nacional, com as pressões inócuas no parlamento, com o corporativismo sindical e preparar desde já a greve nacional dos trabalhadores da educação.

ELEIÇÕES NO CONSELHO DA ETCD

No último dia 23/02 foi eleito o novo Conselho Deliberativo da ETCD, pela população da cidade. Votaram 3.491 pessoas para eleger 11 representantes.

O que se pôde ver na eleição nos bairros foi a prefeitura jogar sua máquina para eleger militantes ligados à Administração Municipal, da mesma forma que faria qualquer administração burguesa. Utilizando o aparato, conseguiram eleger 10 dos 11 representantes.

A T-POR participou da eleição defendendo o controle dos trabalhadores sobre a estatal, o estatismo (contra a privatização), revogabilidade de mandato dos conselheiros, soberania das assembléias, tarifa social, etc. Defendendo esses pontos, uma representante foi eleita para o Conselho. Foi uma vitória importante, pois apoiada na defesa da estatal sob controle dos trabalhadores e população, derrotou o aparato da prefeitura que defende a administração da empresa nos moldes burgueses.

Dada a influência da Administração Municipal no Conselho, a defesa da estatal depende fundamentalmente da ação dos funcionários e da população.

As demissões na Maxion

A Maxion demitiu metade de seus operários e prepara-se para o fechamento da fábrica de Diadema. A desativação da empresa não era mais novidade, pois o setor de reposição de peças vem sendo duramente golpeado pela crise econômica. A resposta dos operários deve ser uma só: ocupar e resistir.

Diante do fechamento da fábrica, não resta outra alternativa senão defender o trabalho. A unidade dos demitidos com aqueles que ainda permanecem no interior da empresa, até a desativação total (talvez em 45 dias), é fundamental para a vitória do movimento. Não podemos permitir que os patrões continuem fechando as fábricas, devemos preparar a resistência perante a ofensiva patronal. Os patrões podem se dar ao luxo de fechar a fábrica quando bem entenderem, pois já lucraram muito. Os operários não podem se dar ao luxo de perderem o emprego ou terem seus salários reduzidos, pois a fome os espera.

NADA DE ACORDO COM OS PATRÕES PARA AMENIZAR AS DEMISSÕES!

QUE O SINDICATO IMEDIATAMENTE PREPARE A OCUPAÇÃO E A RESISTÊNCIA!

LIT - A capitulação diante do reformismo

O Congresso do MAS argentino afirma que, "se o PT dirigisse uma revolução no Brasil, nós nos colocariamos sob a direção de Lula e do PT do Brasil, se Kogaslisky dirigisse a revolução na URSS, nós somos militantes de base desta revolução, nós trotskystas existimos para que triunfe a revolução, dirija quem dirigir (...) e estaríamos muito orgulhosos de sermos dirigidos por Lula".

Quando afirma que se colocaria sob a direção de Lula & Cia e sugere a possibilidade de um partido como o PT fazer uma revolução no Brasil, a seção argentina da LIT mostra muito mais que a capitulação perante o burocrata sindical ou caudilho eleitoral. Mostra que se trata de um grupo que: 1º não encarna em seu programa a estratégia da revolução e ditadura proletárias, pois admite a possibilidade de uma revolução pela via eleitoral (que outra via elevaria Lula ao poder?); 2º que renuncia à construção do partido revolucionário, admitindo a possibilidade de colocar-se sob a direção de posições burocráticas reformistas, que para o MAS tornaram-se potenciais direções da revolução somente pelo fato de ascenderem eleitoralmente, sob uma estratégia claramente social-democrata.

O primeiro passo para a conquista da independência política pelo proletariado é a construção de seu partido de classe, revolucionário. A renúncia à sua construção ou sua subordinação a qualquer variante pró-capitalista só poderá contribuir para

a manutenção da submissão ideológica e social da classe a seus exploradores.

Abstrair um suposto papel revolucionário (por incrível que pareça para o MAS poderia sê-lo ainda que inconsciente!), a direções reformistas ou até restauracionistas; avaliar organizações burocratizadas e controladas solidamente por estes como de caráter de duplo poder como se fez com o PT, a CUT, etc; a fórmula de eleições gerais que sempre serve para solucionar as grandes crises (como o Fora Collor, agora) são expressões da visão democratizante (antimarkista) de uma corrente que se constrói sob a estratégia do governo dos trabalhadores, alcançável pelas eleições.

Os morenistas acreditam que deve-se trabalhar num primeiro momento para realizar as chamadas "revoluções de fevereiro", que seriam espontâneas, inconscientes e dirigidas por correntes reformistas; só depois então é que viriam as "revoluções de Outubro", estas sim, conscientes. Por isso, enxergam um caráter "progressista" nos burocratas sindicais, nos reformistas com êxitos eleitorais e até ousaram ver progressividade na ala burocrática que se opôs ao golpe de agosto na ex-URSS!

A LIT dá nova forma ao etapismo menchevique e estalinista. Seu anti-trotskismo perante as tarefas de construir o partido internacionalista sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias situam-na no campo das correntes da democracia pequeno-burguesa.

COMO CAUSA OPERÁRIA PRETENDE ROMPER A PARALISIA DO MOVIMENTO OPERÁRIO

No nr. 158 do Causa Operária, vemos: "A luta por estruturar no campo eleitoral uma alternativa classista independentista é a expressão da necessidade dos explorados em romper com a paralisia e o imobilismo impostos pela direção ao movimento operário".

Assim, Causa Operária julga ser possível "tirar as massas da paralisia" que lhes impõe as direções do movimento, através do lançamento de "candidaturas classistas". (Não sabemos com que programa...)

As eleições são instrumentos utilizados pela burguesia para contenção das lutas das massas. Através delas os exploradores procuram desviar as massas da ação direta para a enganação da resolução dos problemas pela via do voto.

Os revolucionários intervêm nas eleições para denunciá-las e defender o programa revolucionário, que aponta para a ação independente e direta. Jamais alimentam qualquer ilusão de que a via eleitoral passa a servir aos explorados. A via para tirar as massas da paralisia passa é pelo combate à política de conciliação de classes e ao eleitoralismo, e pela defesa da ação direta das massas, que a burguesia tenta conter inclusive com as eleições.

A posição de CO acaba se constituindo numa confissão de que, apesar do palavreado esquerdista, trata-se de uma corrente democratizante que também aponta as eleições como via de solução aos problemas das massas.

O JORNAL MASSAS (POR-BOLIVIANO) SAÚDA A CONFERÊNCIA TROTSKYSTA INTERNACIONAL

O órgão central do Partido Operário Boliviano de 11/02, diz:

"A revolução não se dá isoladamente em um país, é um componente da luta de classes a nível internacional e se transforma em alavanca potenciadora do dito processo. A revolução boliviana ou de qualquer outro país não poderá resolver isoladamente os gigantescos problemas que coloca, como demonstra a dramática experiência cubana de nossos dias. Para o POR a construção da IV Internacional, é de vida ou morte. É o instrumento fundamental que impedirá a derrota da revolução boliviana por seu isolamento".

Com o critério de que a IV Internacional tem que forjar-se como Partido Mundial regido pelo centralismo democrático se organizou em fins de janeiro de 1990 o Comitê de Enlace com a participação da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário (Brasil), o Comitê Construtor

do POR (Argentina) e o POR boliviano. Em sua Conferência Internacional realizada em La Paz, aprovou um chamado para pôr em pé uma verdadeira Internacional revolucionária, leninista-trotskysta da IV Internacional.

"Falamos de uma Internacional trotskysta revolucionária, regida pelo centralismo democrático e não uma que englobe as tendências socialistas mais dispares sob o rótulo de Internacional dos Trabalhadores oposta à burguesia porque não seria uma verdadeira direção revolucionária e porque acabariam dissolvendo-se em seu seio os núcleos trotskystas", diz o pronunciamento.

O Comitê de Enlace pela Construção da IV Internacional se reuniu nos dias 28, 29/02 e 01/03 em La Paz.

Nós, da Tendência pelo Partido Operário Revolucionário, participamos da reunião e estaremos publicando as principais resoluções aprovadas, a partir do próximo número do jornal.

30 MIL NO ATO CONTRA YELTSIN

Um ato com mais de 30 mil pessoas foi realizado, no último dia 09/02, em Moscou, em protesto pelas reformas econômicas impostas pelo governo de Bóris Yeltsin (liberação de preços, etc). Os manifestantes portavam cartazes de Lênin e faixas reivindicando a reconstrução da União Soviética e acusando Yeltsin de corrupção, traição e entrega nacional. Embora o movimento fosse heterogêneo (participaram do mesmo estalinistas, nacionalistas, etc), teve um conteúdo de oposição às reformas pró-capitalistas de Yeltsin, e aponta que será cada vez mais difícil a Yeltsin avançar rumo ao capitalismo. Mesmo proibida, a manifestação ocorreu, e foi 3 vezes maior que a anterior.

Apesar das reformas políticas e jurídicas terem avançado muito na ex-URSS, introduzindo relações típicas do Estado burguês, o principal obstáculo não foi vencido: a nacionalização da economia que ainda continua dominante, e para quebrar essa conquista fundamental da revolução russa Yeltsin terá que se jogar mais fundo contra as condições de vida das massas. O retrocesso nas forças produtivas à forma capitalista só se conseguirá com um massacre.

A redução na produção industrial russa em 17%, só em janeiro, e o prosseguimento dos conflitos internos (Azerbaijão, Armênia, Geórgia, etc) indicam que a burocracia está longe de poder avançar tranquilamente na restauração capitalista.

O imperialismo tem procurado impulsionar a ala burocrática no poder, enviando inclusive ajuda na forma de alimentos e remédios. Mas a estabilidade do governo atual é algo impossível, diante de seus ataques às condições de vida das massas, da desagregação econômica e da divisão interburocrática.

A situação contraditória (avanço das reformas pró-capitalistas, revolta das massas contra a burocracia entreguista) depende para sua solução da construção do partido revolucionário que aponte para a revolução política, restabelecimento da ditadura do proletariado e para o internacionalismo.

DEFENDER CUBA É DEFENDER A REVOLUÇÃO POLÍTICA !

A ofensiva imperialista (bloqueio comercial) e a queda da burocracia estalinista na URSS que redundou no corte de ajuda econômica à Cuba (corte nas importações e auxílio financeiro e que, objetivamente, debilitou profundamente a economia) já registram seus efeitos sobre Cuba. O bloqueio imperialista isola a ilha e constitui-se no principal fator de pressão imperialista sobre Cuba para a restauração capitalista. Os revolucionários se colocam incondicionalmente na defesa de Cuba contra o imperialismo.

70.000 cubanos estão desempregados. Os setores mais atingidos são a agricultura (22.500) e a construção civil (25.350), ou seja, alimentação e moradia.

A exemplo do que vem acontecendo na ex-URSS, os demitidos são os trabalhadores da produção.

A economia de Cuba é estatizada (as empresas se encontram nas mãos do Estado), conseqüentemente, a demissão maciça implica no sucateamento de ramos-chaves da economia cubana. Ao mesmo tempo, considerando que se é o Estado que está demitindo, estes trabalhadores vão se transformar em desempregados

crônicos (lumpen). Significa que os passos para a privatização da economia cubana estão sendo dados e, portanto, viabilizarão a entrada do grande capital internacional (imperialista), a exemplo do que vem ocorrendo em outros países de economia atrasada. Para isso o governo cubano já preenche dois requisitos: sucateamento da economia formação de um "exército de reserva", que servirá para manter cada vez mais baixos os salários, pela concorrência entre os próprios trabalhadores. Conforme exige o imperialismo.

Pela sobrevivência dos trabalhadores cubanos faz-se necessária a revolução política que derrube a burocracia castrita e preserve as conquistas do Estado-operário e para isso é necessário que se construa o Partido Operário Revolucionário em Cuba, pois a defesa da revolução cubana, passa necessariamente, pela construção da IV Internacional.

A defesa da Revolução Cubana implica no combate à política contra-revolucionária da burocracia castrita que está levando à restauração do capitalismo.

O IMPASSE NAS NEGOCIAÇÕES DO GATT MOSTRA A TENDENCIA A GUERRA COMERCIAL

Diante da crise econômica, os grandes países imperialistas procuram descarregar as consequências sobre as nações atrasadas (semicoloniais) ou mesmo entre si, travando verdadeiras guerras comerciais.

Os Estados Unidos exigem que o Japão abra seus mercados para ajudar a recuperação econômica americana. A maior parte das medidas protecionistas da Comunidade Econômica Européia incidem sobre os produtos dos EUA e Japão. Por outro lado, o Japão possui elevadas barreiras comerciais sobre 25% de todas suas importações.

Os impasses nas negociações do GATT são a prova da disputa comercial. Dificilmente se chegará a um acordo porque vários países imperialis-

tas exigem a reabertura do documento, que foi resultado de 5 anos de negociações entre eles. O Japão, por exemplo, quer reabrir o documento porque não aceita a tarifação generalizada, isto é, pretende que alguns itens, principalmente os agrícolas, sejam excluídos desse critério.

Enquanto os países imperialistas procuram se proteger através das barreiras comerciais, o Brasil se comprometeu com o documento do GATT, ou seja, não elevar acima de 35% suas tarifas de importação para os países membros do GATT. Isso significa que não poderá aumentar as tarifas e, quando isso acontecer, ficará obrigado a fazer concessões ao país exportador.

Na verdade, isso tudo são sinais

da profunda crise econômica mundial. Não se circunscreve unicamente às nações atrasadas, mas generalizou-se entre as nações imperialistas.

Essa disputa comercial que no momento aparece de forma pacífica, através de negociações, documentos, etc pode se converter em guerra inter-imperialista, pois vivemos o momento de decadência do capitalismo.

A grande tarefa do momento é estruturar a IV Internacional, isto é, o Partido Mundial do proletariado, como condição para impulsionar as massas do mundo inteiro, assoladas pela crise estrutural do capitalismo e pela opressão nacional, para a tomada do poder.